

**HABEAS CORPUS Nº 548.723 - SP (2019/0357307-4)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**RODOLFO MARQUES DA SILVA - SP242870**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : FRANCISCO FERREIRA DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **FRANCISCO FERREIRA DA SILVA**, contra v. acórdão proferido pelo eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo da Execução não concedeu ao paciente o **livramento condicional** (fls. 39-40).

Irresignada, a d. Defesa interpôs recurso de agravo em execução, o qual foi **desprovido**, nesses termos (fl. 44):

*"Impende ressaltar que, embora os profissionais que firmaram o exame criminológico encartado a fls. 47/52 tenham se manifestado favoravelmente à liberdade condicionada, o recorrente, que é reincidente, cumpre pena por crime grave (roubo bi- majorado) e tem o término de expiação previsto para 2021. Ademais, Francisco ostenta cinco faltas disciplinares de natureza grave, todas consistentes em "ABANDONO" (aos 17.06.2000, 16.07.2003, 16.01.2008, 06.12.2008 e 22.03.2011) - fls. 23/7. Claro que comportamento satisfatório durante a expiação não houve."*

Daí o presente **writ**, no qual a d. Defesa sustenta que a negativa de conceder livramento condicional ao paciente, por falta de requisito subjetivo, qual seja, o comportamento insatisfatório durante a execução (faltas graves), foi amparada em fundamentação frágil e ilegal (art. 112, § 2º, da LEP, c/c o art. 93, IX, da CF).

Ademais, que a longa pena a cumprir e a gravidade abstrata dos

delitos cometidos não se prestam a isso.

Assim, **afirma que a existência de exame criminológico favorável não afastaria o critério subjetivo.**

Requer a concessão da ordem, inclusive LIMINARMENTE, "*a fim de se promover o paciente ao livramento condicional*" (fl. 12). No mérito, a confirmação da liminar, com a ordem definitiva.

É o relatório. **Decido.**

Na hipótese, ao menos em sede de cognição **in limine**, não se verifica a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida urgente, uma vez que a orientação adotada pelo v. acórdão impugnado, **prima facie**, encontra respaldo em julgados desta eg. Corte.

Com efeito, o entendimento da jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça é de que a prática de falta grave/crimes no curso da execução, conquanto não interrompa o lapso temporal para a concessão do livramento condicional (Súmula n. 441/STJ), pode impedir o deferimento do benefício, **por ausência de implementação do requisito subjetivo**, nos termos do art. 83, III, do Código Penal.

Precedentes desta eg. Corte:

*"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. NÃO CONCESSÃO. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. CONTURBADO HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. PRÁTICA DE FALTA GRAVE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. WRIT NÃO CONHECIDO. [...]"*

**4. A jurisprudência deste Tribunal Superior orienta-se no sentido de que a prática de falta disciplinar grave, muito embora não interrompa a contagem do prazo para fins de livramento condicional (Súmula n. 441 do Superior Tribunal de Justiça - STJ), impede a concessão da benesse por evidenciar a ausência do requisito subjetivo relativo ao comportamento satisfatório durante o resgate da pena, nos termos do que exige o art. 83, inciso III, do Código Penal - CP.**

*Além disso, para se modificar os fundamentos utilizados pelas instâncias ordinárias quanto ao preenchimento do requisito subjetivo do paciente, mostra-se necessário o reexame de matéria fático-probatória, providência inadmissível na via estreita do habeas corpus.*

**5. Habeas corpus não conhecido.** (HC 456.102/SP, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Paciornik**, DJe de 09/11/2018, grifei)

**"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. RECURSO MINISTERIAL PROVIDO. REVOGAÇÃO DO BENEFÍCIO. ACOLHIMENTO. RECURSO DEFENSIVO. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. PRÁTICA DE FALTA DISCIPLINAR DE NATUREZA GRAVE, NO CURSO DA EXECUÇÃO. REQUISITO SUBJETIVO. NÃO CUMPRIMENTO. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. INCIDÊNCIA MANTIDA.**

*Esta Corte Superior de Justiça possui entendimento consolidado no sentido de que 'a prática de falta grave pelo apenado no curso da execução penal - no caso, fugas do estabelecimento prisional - constitui motivo suficiente para denegar o livramento condicional, por ausência do preenchimento do requisito subjetivo previsto no art. 83 do Código Penal' (AgRg no HC n. 360.854/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 6/9/2017). Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp 1181847/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Félix Fischer**, DJe 28/02/2018).*

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. FALTAS GRAVES. REQUISITO SUBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. HISTÓRICO PRISIONAL DO PACIENTE. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. LIMITAÇÃO DO PERÍODO DE AFERIÇÃO DO REQUISITO SUBJETIVO. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente. 2. As faltas graves praticadas no decorrer da execução penal não interrompem o prazo para a obtenção do livramento condicional - Súmula n. 441/STJ - mas justificam o indeferimento do benefício, pelo inadimplemento do requisito**

**subjetivo. Precedentes.** 3. *Não se aplica limite temporal à análise do requisito subjetivo, devendo ser analisado todo o período de execução da pena, a fim de se averiguar o mérito do apenado. Precedentes. Habeas corpus não conhecido.*" (HC 424.311/RS, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Joel Ilan Pacionik**, DJe 15/02/2018, grifei).

*"HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. LIVRAMENTO CONDICIONAL. MAU COMPORTAMENTO CARCERÁRIO. FALTAS GRAVES. AUSÊNCIA DE REQUISITO SUBJETIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA. [...] 3. A verificação de mau comportamento carcerário ante a prática de faltas graves durante a execução da pena pode afastar o preenchimento do requisito subjetivo para o livramento condicional, obstando a concessão do benefício. Precedentes. [...] 5. Ordem denegada."* (HC 468.851/RS, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Laurita Vaz**, DJe de 04/12/2018, grifei)

Não restando configurada, de plano, a flagrante ilegalidade, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas à autoridade indigitada de coatora, bem como ao d. Juízo das Execuções Penais.

Após, vista ao d. Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO  
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator